

Pré-candidato, Covas se contradiz sobre oferta de propina

Secretário nega proposta, mas áudio divulgado por jornal confirma abordagem quando ele era deputado

Na cerimônia em que mudou título de eleitor de Santos para capital, tucano afirma ter sido mal-interpretado

DE SÃO PAULO

A pré-candidatura de Bruno Covas (PSDB) à Prefeitura de São Paulo foi ofuscada ontem por uma declaração na qual ele admite ter sido assediado por um prefeito com oferta de propina.

Secretário de Meio Ambiente do Estado, o tucano tentou desmentir a fala.

Mas o jornal "O Estado de S. Paulo" divulgou trecho de uma entrevista concedida há cerca de um mês na qual Covas narra um episódio em que, quando deputado estadual, um prefeito lhe ofereceu R\$ 5.000 pela liberação de uma emenda.

O episódio alimentou acusação feita pelo deputado Roque Barbieri (PTB), em agosto, ao jornal "Folha da Região", de Araçatuba, de que cerca de 25% a 30% dos parlamentares vendem emendas e fazem lobby para emprei-

teiras na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Na entrevista, Covas afirma que um prefeito — ele não diz qual — lhe ofereceu 10% de retorno depois da liberação de uma emenda dele.

"Uma vez, eu consegui uma emenda de R\$ 50 mil para obra de um município. Assinamos o convênio e depois o prefeito veio perguntar com quem deixava os R\$ 5.000", relata Covas.

Após a publicação da reportagem, o tucano tentou minimizar o episódio, dizendo ter sido mal-interpretado.

"Aquilo não aconteceu comigo. Falei em hipótese que [político] não deveria aceitar [propina]. Estava dando um exemplo hipotético", disse.

A declaração de Covas pegou desprevenidos o Palácio dos Bandeirantes e o governador Geraldo Alckmin (PSDB), e deixou até aliados irritados. Eles o chamaram de "inexperiente" à "inábil" e "despreparado".

A avaliação é que Covas arastou a crise da Assembleia para dentro do Palácio e acabou por enfraquecer a articulação em prol de seu nome na eleição municipal.

Ele também foi criticado por não ter antecipado ao governador e aliados o teor das declarações.

O secretário será pressionado a se explicar na Assembleia Legislativa.

Por não ter denunciado a oferta de propina, ele poderá responder por prevaricação.

CONSELHO DE ÉTICA

Ontem, a Casa determinou que o Conselho de Ética apure as acusações do deputado Roque Barbieri. O órgão é formado por nove integrantes e terá até 60 dias para se manifestar — 30 dias prorrogáveis.

A comissão começará a funcionar na quinta-feira. No colegiado, pedirão que Barbieri aponte os que acusa de cobrar propina.

"É uma denúncia genérica, que coloca em xeque o comportamento de todos", disse o deputado Carlos Gianazzi (PSOL), autor do pedido de investigação.

Na última sexta-feira, o Ministério Público Estadual informou que investigará o caso e pedirá informações ao governo dos beneficiários de emendas dos deputados, dado que não é público.

Eduardo Knapp/Folhapress



Bruno Covas, no evento em que mudou título para SP

Governo vai divulgar nomes de deputados

DE SÃO PAULO

Para não ser acusado de conivência com as declarações sobre "venda" de emendas parlamentares, o governo de São Paulo passará a divulgar o nome do deputado que destinou recursos, em emendas, às suas bases eleitorais.

Hoje, o sistema de acompanhamento de gastos aberto à consulta pública não identifica a autoria do parlamentar que transferiu os recursos.

O governador Geraldo Alckmin determinou ainda um pente-fino nos convênios firmados com base em indicação de deputados. A medida será implementada em até dez dias.

"Nós queremos contribuir na apuração disso. Já estamos levantando os convênios todos assinados e, agora, vamos mostrar quem indicou os recursos", afirmou o secretário da Casa Civil.

Na entrevista em que apontou a existência de um balcão de venda de emendas na Assembleia, o deputado Roque Barbieri assegurou ter denunciado o esquema ao governo. O secretário da Casa Civil negou a informação.

"O deputado Roque Barbieri esteve comigo tratando de emendas dele, mas não tratou desse assunto (denúncia de venda de emendas)", afirmou.

O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), secretário da Casa Civil do governo anterior, comandado por José Serra, também negou ter recebido relatos sobre cobrança de propina em troca da liberação de emendas.